

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DENISE MANFREDINI**

**RENTABILIDADE DO TRABALHO ESCRAVO  
NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX**

**Porto Alegre**

**2012**

**DENISE MANFREDINI**

**RENTABILIDADE DO TRABALHO ESCRAVO  
NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Tourrucôo

**Porto Alegre**

**2012**

**DENISE MANFREDINI**

**RENTABILIDADE DO TRABALHO ESCRAVO  
NO RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: Porto Alegre, 25 de junho de 2012.

---

Prof. Dr. Fabrício Tourrucôo - orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Hélio Henkin  
UFRGS

---

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, Adroaldo e Neusa, que eu tanto amo e que tanto apoio me deram ao longo da graduação e aos quais eu dedico todas as conquistas que obtive. Agradeço também aos meus irmãos, Clodoaldo e Denilson, que sempre me mostraram a importância do estudo e com os quais eu sei que sempre posso contar.

Agradeço ao meu namorado, Guilherme, que esteve ao meu lado desde o início da graduação, e sempre me ajudou e me apoiou em todos os meus projetos, e faz com que eu seja cada dia mais feliz e o ame cada vez mais.

Agradeço muitíssimo ao professor Sergio Monteiro que me ajudou na execução desse trabalho e mesmo estando longe se mostrou acessível e disposto a me auxiliar. Dirijo um especial agradecimento ao professor Fabrício Tourrucô que aceitou fazer parte desta pesquisa e me deu informações fundamentais para a sua elaboração; agradeço, ademais, ao professor Eduardo Maldonado, por se interessar pelo meu projeto e sugerir e me emprestar livros que tornaram este texto muito mais rico. Agradeço também ao Thales Pereira, que despertou ainda mais o meu interesse pelo estudo da escravidão e deu valiosas sugestões a este trabalho.

*“(...) A pesquisa cliométrica serviu para enfatizar a profunda natureza moral da cruzada antiescravista. Escravidão é ruim não porque é não-rentável e ineficiente, ou porque falhou em fornecer uma elevada taxa de crescimento econômico, mas porque, em um mundo crescentemente dedicado à liberdade individual, é a lembrança mais maligna do passado e o maior obstáculo para a contínua expansão do domínio da escolha individual.”*  
(Fogel e Engerman, p. 689, 1980)

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo analisar a estrutura do trabalho escravo no Rio Grande do Sul nas charqueadas do século XIX, e através da produtividade dos trabalhadores escravos, bem como seu preço de compra e custo de manutenção, identificar se o uso do trabalho cativo na produção do charque era rentável. Para tanto serão analisadas as principais características do trabalho escravo no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, e os fatores que levaram ao declínio da indústria natural do charque no fim do século XIX, entre os quais os principais foram a mudança na demanda causada pelos impedimentos em relação ao tráfico do trabalho escravo, que fizeram com que a população cativa declinasse, e o incentivo à imigração europeia, que tinha hábitos alimentares distintos daqueles dos escravos.

Palavras-Chave: Formação Econômica, Trabalho Escravo, Rio Grande do Sul, Cliometria.

Classificação JEL: N 00

## ABSTRACT

The goal of this paper is to investigate the slavery labor structure in Rio Grande do Sul's *charqueadas* at the XIX century, and through the slaver production and maintenance cost assessment, identify if the use of slavery labor in the *charque* production was profitable. It is analyzed the main characteristics of slave labor in Brazil and specially in Rio Grande do Sul, and the factors that lead to the decline of the charque's natural industry in the end of the XIX century. The main reason was the change in demands caused by the barring of the slave traffic, which made a decrease in the slavery population, and the increase of European immigrants, that have a diet different from the slaves.

Key Words: slavery labor, Rio Grande do Sul, economic formation, cliometrics.

JEL classification: N 00

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 02 – Preço dos escravos por faixa etária.....	34
Gráfico 03 – Média de preço dos escravos por idade e gênero.....	35
Gráfico 04– Rentabilidade do trabalho escravo .....	38
Gráfico 05 – Fluxos de rendimento de um escravo em cada idade .....	39
Gráfico 06 –Preço dos escravos em idade pico (1844 – 1884).....	40



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	TEORIAS SOBRE O SURGIMENTO DO TRABALHO ESCRAVO .....	11
2.1	O Estudo Cliométrico da Escravidão.....	15
3	RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NO SUL DOS ESTADOS UNIDOS .....	19
3.1	Teorias Pré 1960 .....	20
3.2	Teorias Pós 1960 .....	21
3.3	Abolição da economia escravista .....	23
4	CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL.....	25
4.1	Tese da Benevolência da Escravidão Brasileira.....	25
4.1	Manutenção da Escravatura no Brasil .....	27
5	TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL MERIDIONAL .....	30
5.1	Rentabilidade do Trabalho Cativo no Rio Grande do Sul (1838-1884).....	32
5.2	Declínio das charqueadas .....	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
	REFERÊNCIAS .....	45
	APÊNDICE .....	47

## 1 INTRODUÇÃO

A escravidão teve grande importância na formação das instituições brasileiras e dos hábitos culturais que ainda permeiam a sociedade. Como o período escravista perdurou por mais de quatro séculos, as suas marcas ultrapassam o fim da escravatura e até hoje estão presentes na organização social e econômica brasileira. Portanto, a compreensão das implicações econômicas do uso do trabalho escravo são importantes, pois ajudam a compreender a formação econômica brasileira.

No início dos anos 1960, com Conrad e Mayer e especialmente em 1974 com a publicação de *Time on The Cross* por Fogel e Engerman, foram descobertas novas nuances sobre a escravidão do Sul dos Estados Unidos. Em especial o fato de que essa era rentável, o que era oposto ao consenso histórico de que o trabalho escravo era moribundo e o responsável pelo baixo desenvolvimento do Sul em comparação ao Norte dos Estados Unidos nos anos posteriores à abolição. Essa descoberta fez com que grande parte da história da escravidão norte-americana fosse reescrita e motivou um aumento exponencial no número de publicações acerca desse assunto, as quais vieram a reforçar a ideia de rentabilidade e, posteriormente, de eficiência do uso do trabalho escravo.

No Brasil, no final dos anos 1970, a pesquisa cliométrica sobre a escravidão fez descobertas acerca da rentabilidade do uso do trabalho escravo no Brasil colonial, especialmente no Rio de Janeiro e na Bahia. No entanto, é difícil agregar todas as regiões brasileiras em uma única análise do período escravista, em termos de rentabilidade, já que os tipos de cultivo são um tanto quanto distintos e o método de produção variava conforme o tamanho da propriedade e da atividade exercida.

O Rio Grande do Sul, foco deste trabalho, recebeu a atenção de pesquisas sobre rentabilidade anos após as regiões de *plantation*, e o principal motivo disto era a crença de que o trabalho escravo era pouco utilizado no Sul do Brasil, havendo tal crença sido derrubada apenas no início dos anos 1960 com a publicação de “Escravidão no Brasil Meridional”, por Cardoso (1977). Isso torna o estudo da escravidão no Rio Grande do Sul interessantíssimo, já que a história da escravidão gaúcha foi redescoberta recentemente, observando-se que o conhecimento de que as charqueadas gaúchas eram integradas com o resto do país e de que a escravidão era tão comum aqui quanto no Sudeste e Nordeste brasileiro deu origem a trabalhos

como “Sábara e Porto Alegre na Formação do Mercado Nacional no Século XIX”, escrito por Nogueiról em 2003.

Nesta pesquisa, é reforçada a imagem de que o uso do trabalho cativo era comum no Rio Grande do Sul em todas as atividades, tanto domésticas como produtivas, e principalmente nas charqueadas, destacando-se que, para tanto, os dados demográficos do século XIX constituirão os principais indícios desse uso amplo do trabalho escravo.

É analisada a rentabilidade do trabalho escravo no Rio Grande do Sul nos anos de 1838 a 1884, e para isso é necessário explicitar o conceito de rentabilidade que será usado ao longo deste texto. É utilizado o conceito de taxa interna de retorno (TIR), que é a taxa de desconto que zera a diferença entre o valor dos rendimentos e dos dispêndios, a valor presente, feitos no investimento, que neste caso é a compra de escravos. Assim, o trabalho escravo é considerado rentável caso a sua TIR seja superior à rentabilidade de outro investimento de baixo risco, sendo que neste trabalho quem cumpre esse papel é a taxa de juro paga pelas apólices da província.

A metodologia utilizada é a apresentada por Monastério (2005), com pequenas modificações. Também é analisado o comportamento dos fluxos de rendimento de um escravo caso esse fosse adquirido em meados de 1800, e assim podemos analisar a compra de um escravo como um investimento de longo prazo e identificar se esse, quando interpretado dessa forma, é rentável.

## 2 TEORIAS SOBRE O SURGIMENTO DO TRABALHO ESCRAVO

Um dos principais textos sobre a escravidão, que melhor discute sobre o surgimento desse sistema de trabalho, é *Causes of Slavery or Serfdom : a Hypothesis* escrito por Domar em 1970, o qual será muito útil para análise neste trabalho principalmente por representar uma explicação que se adapta de forma perfeita tanto à formação do sistema escravista americano quanto à do brasileiro.

Domar inicia mostrando as causas que levaram à utilização da servidão como principal forma de trabalho adotada na Europa no século XVII. O exemplo mais relevante é a descrição de Kliuchevsky da experiência na Rússia, que durante a segunda metade do século XV estava em guerra com seus vizinhos do oeste e do sudoeste, o que portanto exigia forças que o governo não conseguia manter apenas com os impostos, então esse passou a distribuir terras aos servidores para que eles se mantivessem e pagassem suas armas, isso através do trabalho dos camponeses que seria usado nessas terras; em troca os camponeses receberiam um empréstimo e o direito de cultivar toda ou parte da terra por conta própria.

Mas com o passar do tempo, pela pressão dos servidores dentre outros motivos, o governo começou a impor restrições à liberdade dos camponeses, que já estavam em débito com os donos de terra pelo empréstimo inicial. Dessa forma, na metade do século XVII os camponeses já eram servos.

Analisando as características da Rússia nesse período, nota-se que o fator escasso não era terra, mas sim trabalho. Nesse contexto, era a posse de camponeses e não de terra que garantia uma taxa de retorno para os servidores ou proprietários de terras. Caso não houvesse intervenção do governo, mantendo-se as características descritas acima, o país seria composto por pequenas propriedades de agricultura familiar. Isso porque o trabalho assalariado iria ser inviável ou não lucrativo, já que os camponeses teriam incentivos para cultivar em terras próprias, que seriam um fator barato pela sua grande disponibilidade.

Agora, considerando a intervenção do governo, se este resolvesse criar uma classe de proprietários de terras, se os camponeses tivessem liberdade de mobilidade e houvesse concorrência entre os proprietários de terras por esses trabalhadores, isso iria fazer com que os salários se igualassem à produtividade marginal do trabalho ( $w = PmgL$ ) e assim sobraria pouco excedente para os donos das terras. Se supusermos a abolição do direito de mobilidade dos camponeses, os proprietários de terras iriam obter sua renda apropriando-se de todo ou parte do excedente produtivo dos camponeses.

Fazendo uma síntese do que foi apresentado acima, supondo-se a existência de apenas dois fatores de produção – capital e trabalho – temos que terra livre, camponeses livres e proprietários de terras não podem coexistir os três, mas apenas dois ao mesmo tempo. Cabe ressaltar que a não existência de terra livre não é condição suficiente para a existência de servidão. São necessários outros fatores institucionais que interfiram nessa relação, fazendo com que a servidão se torne a principal forma de trabalho.

Um dos pontos mais importantes apresentados pela análise de Domar é de que os donos de escravos vão calcular a diferença entre o salário de um trabalhador livre e o custo de subsistência de um escravo, e vão decidir manter seus escravos se o diferencial de produtividade entre o trabalhador livre e o escravo for menor do que a diferença entre o salário do trabalhador livre e o custo de subsistência do escravo, nas palavras de Domar:

Ele (Proprietário de escravo) irá calcular a diferença entre o salário de um trabalhador livre ( $W_f$ ) e o custo de subsistência de um escravo ( $W_g$ ) e irá se recusar a libertar o seu escravo a não ser que  $P_f - P_g > W_f - W_g$ , tudo isto assumindo que ambos os tipos de trabalho podem ser usados em uma dada plantação. (Domar, 1970, pg. 22, tradução nossa)

Domar (1970) também demonstra através desta fórmula que não há certeza de que o progresso tecnológico irá reduzir a rentabilidade do trabalho escravo comparada à do trabalho livre, pois o progresso tecnológico tende a elevar o valor dos salários dos trabalhadores, enquanto o custo de subsistência dos escravos permanece constante. Isso mostra uma oposição à ideia de que o Sul dos Estados Unidos teria um desenvolvimento tecnológico inferior ao do Norte por causa da escravidão; como Domar demonstra não é o progresso técnico que livra a sociedade de permanecer dependente do trabalho escravo.

Voltando ao caso russo, antes de 1550 Moscou lutou poucas guerras, pois era apenas um vassalo de Tatar cercado por outras terras russas, assim não havia necessidade de sustentar uma grande classe de servidores. Depois de 1550, Moscou tornou-se independente de Tatar e adquiriu várias terras russas, sendo confrontado por diversos inimigos. Dessa forma, o número de servidores teve um grande aumento e a indústria russa não fazia nenhum progresso. Portanto, o governo se viu obrigado a dar terras para os servidores a fim de sustentá-los e já no século XVI havia competição pela mão de obra camponesa.

Vemos que, no caso acima, temos tanto uma alta relação terra-trabalho como também a determinação do governo de criar uma grande classe de servidores, além de outros fatores que agiam na mesma direção para o estabelecimento da servidão na Rússia, como o declínio dos

grandes magnatas (favoreciam o livre movimento dos camponeses), traço cultural (na Rússia a posição social do proprietário de terra se devia mais ao número de servos que esse possuía do que ao tamanho de suas terras) e interesse fiscal (ficava mais difícil para o estado arrecadar os tributos se os camponeses tivessem livre mobilidade).

A queda da população no fim do Império Romano e o surgimento da servidão após esse fato é um dos acontecimentos mais claros na Europa Ocidental que liga escassez de trabalho e desenvolvimento da servidão. No entanto a Peste Negra (1347), que levou a uma queda brusca da população, não se encaixa nas hipóteses de Domar, pois não houve volta da servidão mesmo com o aumento da relação terra-trabalho. A explicação para isso pode estar em fatores políticos, já que a pressão sobre Richard II da Inglaterra pode ter sido menor por parte dos proprietários de terras do que de outras classes.

Agora, analisando o caso do Sul dos Estados Unidos, vê-se que este se encaixa perfeitamente na teoria de Domar, por possuir uma vasta extensão de terra, com um clima ameno e com escassez de trabalho, o que explica a importação de escravos. Domar (1970) comenta que não entende porque a escravidão não se estabeleceu no Norte dos Estados Unidos, e que a hipótese de que isso ocorreu porque o trabalho escravo não podia ser usado em fazendas policultoras não parece válida, até porque no Sul a maioria dos proprietários de escravos possuía poucos escravos e vários dentre eles tinham a habilidade de fazer artesanato. O caso brasileiro também se encaixa nos mesmos moldes do norte-americano, com os escravos sendo usados em todos os tipos de cultivo. Em ambos os casos se estabeleceu um traço cultural, como na Rússia, pois escravos representavam grande parte da riqueza dos proprietários.

Domar (1970) também aponta que a análise dos casos históricos mostra que a servidão pode se manter mesmo após o fim dos fatores que levaram a ela, e que pode ser introduzida mesmo na ausência de terras livres, se fatores institucionais levarem à utilização desta forma de trabalho.

Apesar do enfoque econômico da escravidão que será adotado ao longo deste trabalho, entender a dinâmica desse sistema é uma análise pobre se desconsiderarmos a importância do arcabouço social da época escravista e as implicações morais desse sistema. Por conseguinte, será abordado este aspecto como teoria fundamental para compreensão mais ampla da estrutura que será foco desta análise.

No entendimento de Fogel (1989), a escravidão foi por muito tempo vista como um assunto fechado sem apresentar todos os paradoxos e a estrutura envolvida por trás desse sistema, por ser difícil mostrar os reais interesses por trás dos abolicionistas e o fato de que os mesmos que defendiam melhores condições de trabalho para os assalariados eram aliados dos

donos de escravos. Isto é, é difícil transmitir qual era o senso moral daquela época sem que isso fira os consensos sobre liberdade da nossa sociedade atual. Parece-nos muito cruel trazer os retratos da escravidão para os dias atuais, porém é necessário notar que a sociedade escravista é constituída de uma forma diferente e que a conduta aceita naquela época e as instituições daquela sociedade são distintas das atuais.

O problema moral da escravidão torna-se mais complexo à medida que as evidências mostram que a relação familiar entre os escravos, o abrigo e a alimentação fornecida a eles não eram tão cruéis como normalmente é posto. É claro que a liberdade era um bem que estes não possuíam, mas a saúde e os laços familiares dos escravos eram mantidos para preservar o fator mais importante e de alto valor que era o escravo e garantir que este iria realizar suas funções de forma eficiente, pois incentivos eram concedidos para tal. Fogel (1989) apresenta de forma clara a imoralidade da escravidão, mesmo considerando que os escravos fossem tratados com alimentação e abrigo em bons padrões para a época e que os castigos não fossem tão frequentes:

(...) supondo que todos os clamores dos produtores a respeito do benevolente tratamento dos seus escravos fossem confirmados, supondo que os escravos fossem melhor vestidos, alimentados e alojados do que os proletários. Isto seria suficiente para anular as acusações morais? A questão implora uma resposta. Obviamente as acusações iriam permanecer mesmo que os escravos fossem tratados tão bem quanto o melhor cavalo árabe de um homem muito rico, porque pessoas não são cavalos. (Fogel, 1989, pg. 392, tradução nossa)

Mesmo que o tratamento dado aos escravos não fosse tão cruel como geralmente é descrito nas pesquisas que antecedem as descobertas cliométricas, o fato de o sistema escravista permitir que uma classe tenha domínio sobre a outra já mostra a imoralidade deste sistema.

A complexidade das relações morais existentes na sociedade escravista pode ser vista com um breve olhar sobre os arquivos acerca da escravidão; no caso de Porto Alegre, a Santa Casa de Misericórdia, fundada no início do século XIV, funcionava como um hospital beneficente, cobrando uma quantia razoável daqueles que possuíam meios financeiros para pagá-la, enquanto as pessoas carentes recebiam atendimento gratuito, o qual, todavia, não se estendia aos escravos.

São também aqui tratados algumas pessoas livres, que por falta de quem os trate em suas casas, procuram o auxílio d'este Estabelecimento, e alguns escravos, e isto mediante uma módica e razoável retribuição pecuniária, recebendo a Santa Casa pelos primeiros 800 rs., diários pelo tratamento e dietas, e pelos segundos 500 réis também

diários, além da importância dos medicamentos, que é sempre diminuta (Relatório de 1877 da Santa Casa de Misericórdia)

Por causa disso, muitos escravos eram doados à Santa Casa quando doentes, para o proprietário não se responsabilizar pelos custos do tratamento, no entanto esta prática foi proibida em 1844, quando a Santa Casa passou a exigir que os escravos doados passassem por um rigoroso exame médico antes de serem aceitos.

Vimos deste modo que os escravos eram tratados como mercadorias com as quais se buscava auferir ganhos. Mas quando são vistos os pedidos de missa também feitos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, constata-se que em vários casos os senhores pagavam para as missas serem rezadas em nome das suas famílias e da alma dos escravos, o que nos mostra que, mesmo tratados como um objeto do qual um senhor tinha a posse, ainda havia a percepção de que aquelas eram pessoas que viviam em uma situação pouco afortunada.

Assim o trabalho assalariado, mesmo que não representasse maiores ganhos para um indivíduo como no caso da escravidão, foi capaz de trazer um ganho social muito maior, que foi a possibilidade de tornar as pessoas livres para adquirir as habilidades que considerassem adequadas, adquirir os equipamentos que desejassem para seu ofício, ter o poder de buscar melhores oportunidades em outras regiões ou países, através da mobilidade geográfica, e tomar assim suas escolhas e não estar mais presas a um sistema que impossibilitasse a mobilidade social e a liberdade de opinião. Nota-se dessa forma como a democracia também é dependente da quebra do sistema escravista, que tornava o poder concentrado em uma elite, e essa elite não possuía apenas poder político, mas também um poder direto sobre outros seres humanos, os quais eram compelidos a realizar as vontades do seu senhor.

## **2.1 O Estudo Cliométrico da Escravidão**

A cliometria teve seu início em 1957 com o artigo escrito por Alfred H. Conrad e John R. Meyer, intitulado *Economic Theory, Statistical Inference and Economic History*, sendo seguido posteriormente por inúmeros outros trabalhos nessa área, os quais reformularam o estudo da história econômica e a visão sobre a escravidão. Dentre estes o mais proeminente é o trabalho de William Fogel e Stanley L. Engerman publicado com o título de *Time on the Cross*.

Fogel (1975) divide o estudo da escravidão na cliometria em três fases, sendo que estas, apesar de enfocarem problemas distintos, não se opõem, mas se complementam formando uma



nova discussão a respeito da escravidão, que de tema *light* passou a representar um dos campos com maior produção acadêmica.

A primeira fase vai do ano de 1957 até 1969 e nela as pesquisas sobre a escravidão abordavam principalmente três temas: rentabilidade do investimento em escravos para os senhores, viabilidade da economia escravista e os efeitos da escravidão no crescimento do Sul dos EUA. Observa-se que os dois primeiros assuntos são mais abordados do que o terceiro, principalmente por esse último ser de difícil análise.

Até o final dos anos 1960 era difícil estimar os ganhos por faixa etária dos escravos, só com Yasuba em seu artigo intitulado *The profitability and viability of plantation slavery in the United States* esse problema começa a ser superado. Ele passou a usar como estimativa de lucratividade o valor de mercado do escravo em certa idade e o valor que seria pago caso esse escravo fosse recomprado com a mesma idade, sendo que posteriormente Bergstrom refina essa ideia, utilizando o preço da renda capitalizada na idade zero (*price of "birthright"*).

Na questão do crescimento do Sul dos Estados Unidos, Engerman e Easterlin deram as maiores contribuições, mostrando que nas duas décadas que precederam a Guerra Civil, o Sul escravista teve um crescimento de renda *per capita* superior ao do Norte dos EUA.

Na segunda fase o principal objetivo era obter dados sobre a economia escravista. Essa fase é de suma importância, já que a aquisição de um maior número de dados tornou possível de tratamento científico um número muito mais amplo de questões que envolvem o uso do trabalho cativo.

Wright em *The economic analysis of cotton in the antebellum south*, publicado em 1969, examinou fazendas do Sul e do Norte dos EUA, havendo concluído que as fazendas do Sul eram substancialmente mais produtivas que as do Norte, e em 1971 Fogel e Engerman discutiram o trabalho de Wright, afirmando que só produziu esses resultados porque ele considerou o tempo de trabalho nas fazendas do Norte igual ao das fazendas do Sul, o que é irreal, visto que no Sul a carga horária dos escravos era superior à dos trabalhadores livres do Norte. E assim Fogel e Engerman, com uma equipe de pesquisadores, começaram a arrecadar mais dados para conseguir mensurar a quantidade de horas de trabalho dos escravos do Sul e dos trabalhadores livres do Norte. O extenso banco de dados arrecadado durante tal pesquisa tornou possível a mensuração do preço-idade dos escravos, o que por sua vez tornou possível a mensuração do lucro-idade dos escravos. Tal informação era extremamente necessária para resolver o problema de eficiência e rentabilidade dos escravos. Outro importante dado adquirido com essa pesquisa foi uma amostra de arquivos administrativos da organização da produção, e até do dia a dia e habilidades dos escravos. Os dados arrecadados, juntamente com

o conteúdo das pesquisas de Gallman-Parker, contêm uma amostra de 4% da população escrava que já viveu nos EUA.

Com a aquisição de todos esses dados, Fogel e Engerman esperavam confirmar sua conjectura de que os escravos do Sul trabalhavam mais horas do que os trabalhadores do Norte e que, portanto, o trabalho de Wrigth tinha uma falha. Entretanto, os dados mostraram que os trabalhadores livres do Norte trabalhavam 10% horas a mais do que os escravos do Sul, porém os escravos do Sul trabalhavam 82% mais intensivamente do que os trabalhadores livres do Norte. Assim se concluiu que a principal forma de exploração do trabalho escravo era através do aumento da produtividade por hora dos escravos e não pelo aumento de horas na jornada de trabalho.

Fogel (1975) aponta que os resultados obtidos não mostram que trabalhadores negros são mais eficientes que os brancos, mas sim que o sistema escravista de ritmo de montagem (turmas) tornava o trabalho mais eficiente. O autor ainda reforça que maior eficiência não significa um bem maior, e que a perda de liberdade por se ser um escravo é superior aos ganhos na produção.

Na terceira e última fase classificada por Fogel (1975), em meados dos anos 1970, o interesse se volta para a recuperação da história negra, ressaltando-se que essa fase não trouxe um fechamento para as dúvidas que surgiram na segunda fase, mas coexistiu com esta, sendo que uma impulsionou o estudo da outra.

Antes da abordagem cliométrica sobre a história dos negros, já havia sido trabalhado o tema da resistência negra na escravidão, mas essa resistência era vista como algo revolucionário. Com a cliometria foram vistas outras nuances da história negra, mostrando-se de modo mais aprofundado como os senhores de escravos agiam para adquirir um maior retorno dos seus escravos. Uma prática comum dos senhores para isto era fornecer bonificações financeiras ou melhor alojamento para os escravos que adquirissem habilidades e trabalhassem de forma mais eficiente.

North (1997) aponta que após 40 anos do seu surgimento a cliometria enfrentou o desafio de incorporar o papel das instituições e dos governos ao seu método de análise, pois a história tem como benefício trazer uma dinâmica temporal aos modelos econômicos que a cliometria perdeu, de certa forma, no seu período inicial.

Hoje é mais frequente a introdução de variáveis políticas e institucionais nos modelos cliométricos, e a interpretação dos dados de forma mais apurada. Por exemplo, dados de fertilidade de escravos podem nos dizer muito sobre o momento econômico da cultura em que estes estão envolvidos, já que um aumento na produção costuma impactar em uma queda da

fertilidade, pois os senhores têm maior flexibilidade para substituir seus escravos e estes perdem parte de seus benefícios. Esse tipo de entendimento da relação entre as variáveis pode nos dar um panorama do passado que nos ajuda a compreender os movimentos e a elaboração de políticas econômicas atuais, como menciona North:

O processo de mudança na história e o processo de mudança no mundo contemporâneo coloca um problema fundamental na disciplina de economia e indica o essencial papel complementar que o apropriado estudo da história econômica deveria ter em expandir o horizonte dos economistas. ( North, 1997, pg. 413)

### 3 RENTABILIDADE E EFICIÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NO SUL DOS ESTADOS UNIDOS

A escravidão nos Estados Unidos foi tema de inúmeros trabalhos acadêmicos, mas era considerada um tema leve, sem grandes impasses entre os historiadores que se dedicavam a esse campo. Porém nos anos 1960, com a publicação de *The Peculiar Institution* por Stamps e, posteriormente, em 1974 com a publicação de *Time on The Cross* por Engerman e Fogel, essa relevante parte da história americana foi exposta de outra forma por estes autores, que através do uso da cliometria mostraram que a escravidão era uma atividade rentável, e que seu fim se explica mais por razões políticas e morais do que econômicas. Tais afirmações fizeram com que o número de publicações acerca da escravidão tivesse um aumento brusco e se tornasse um dos mais interessantes campos de batalha intelectual entre pesquisadores, sendo estes historiadores, economistas e sociólogos.

Este trabalho foca-se principalmente nas ideias contidas no livro *Time on the Cross*, que pode ser considerado comparativamente como a descoberta da tumba de Tutancâmon nos sítios arqueológicos de Luxor. Onde a maioria dos historiadores imaginava que não havia mais nada a ser descoberto, esse livro faz o tema da escravidão surgir com toda força e traz várias novas facetas acerca desse assunto. Apesar do preconceito contra a afirmação de que a escravidão era economicamente rentável, é importante ressaltar que essa teoria apoia a nova antropologia que se formou após a Segunda Guerra Mundial, e é o oposto daquela que vigorava antes, que hierarquizava a habilidade das pessoas segundo a sua raça e foi bandeira da campanha nazista.

Para acompanhar esse debate, especialmente a questão da rentabilidade do trabalho escravo, foram utilizadas as palestras dadas pelo professor Robert William Fogel, reunidas no livro *The Slavery Debates: A Retrospective 1952-1990*.

### 3.1 Teorias Pré 1960

O historiador Ulrich B. Phillips é considerado o responsável pelas ideias sobre a escravidão pré-1960 e ainda hoje algumas das suas ideias sobre o funcionamento do trabalho escravo são vistas como um consenso, apesar de muitas delas já terem sido refutadas pelo *mainstream*.

O fato de que Phillips tinha ideias racistas fica muito claro hoje para quem revê seu trabalho, como aponta Fogel (2003, p. 4): “Phillips era, afinal, tão franco e descarado em declarar sua crença de que os negros eram infantis, uma raça inferior”. E para defender suas ideias, um tanto quanto imorais, Phillips foi um grande pesquisador e adquiriu dados sobre a escravidão no Sul dos EUA, provenientes de registros de grandes plantações, inventários *post-mortem* e contas de vendas. Um ponto importante a ser ressaltado sobre a base de dados que Phillips adquiriu, é que apesar desses documentos conterem dados quantitativos sobre o funcionamento das propriedades, ele se limitou a usar apenas o preço dos escravos para montar uma base de dados de 1795 até 1860 e as demais informações ele ignorou, fazendo uso dos arquivos literários do funcionamento das propriedades que se encaixam melhor na sua visão da escravidão.

Phillips também foi a favor das ideias da parte laica do Partido Republicano (os Protestantes eram favoráveis à abolição e consideravam a escravidão um grande pecado), as quais foram apontadas por Fogel (2003) como sendo:

1. A escravidão era um investimento não rentável, com exceção se o comércio de escravos fosse rentável ou as terras altamente férteis; 2. A escravidão era economicamente moribunda; 3. Trabalho escravo e produção agrícola baseada em trabalho escravo eram economicamente ineficientes; 4. A escravidão era a causa pela qual a economia do Sul ficou estagnada, ou pelo menos com baixo crescimento durante a pré-Guerra de Secessão; 5. A escravidão implicava em uma difícil condição material para o escravo tóxico. (Fogel, 2003, p. 7, tradução nossa)

Phillips apenas discordava da quinta ideia defendida pela parte laica do Partido Republicano, pois para ele o principal objetivo das plantações que faziam uso do trabalho escravo não era a rentabilidade, mas o estilo de vida idílico que se obtinha na vida do campo.

Ao revisar a teoria da escola de Phillips, nota-se que houve uma dificuldade dos historiadores para se desvincularem das ideias que ela pregava, isso porque para confrontar o cerne dessa teoria e provar a sua falha era preciso trazer à tona questões delicadas, como é

visível ao analisar-se as críticas ferrenhas que até hoje são feitas ao livro *Time on The Cross* por este mostrar a escravidão como rentável. Isso porque é muito mais simples conceber-se que algo é errado porque até economicamente é moribundo do que compreender-se que rentabilidade não é prova de que a atividade é moral. Assim é fácil perceber porque foi tão difícil fazer com que a história rompesse seus vínculos com a escola de Phillips, já que tendo conhecimento, mesmo que raso, do Iluminismo e dos primeiros economistas, vê-se o quão controverso é atacar-se uma teoria com estes preceitos.

Em 1950, com a publicação de *The Peculiar Institution* escrito por Kenneth M. Stampps, a escola de Phillips foi verdadeiramente abalada; em 1960 as ideias de Stamps já haviam se justaposto às de Phillips, e pode-se considerar como sendo essa a marca que vai dividir essas duas partes das teorias sobre a rentabilidade do trabalho escravo. No entanto, apesar do trabalho de Stampps, muitos historiadores deram menos importância às partes do seu livro sobre rentabilidade e apenas com o aprofundamento dos estudos sobre a escravidão pelos cliometristas é que o grupo que defendia o trabalho escravo como rentável se tornou mais proeminente (a cliometria teve seu início em 1957 com o artigo escrito por Alfred H. Conrad e John R. Meyer).

### **3.2 Teorias Pós 1960**

As teorias pós 1960 voltaram-se também para questões ligadas à cultura do escravo negro. Eugene D. Genovese em 1966 faz uma revisão do principal livro de Phillips e mostra que, apesar do caráter racista desta obra, é possível extrair dela detalhes sobre o funcionamento social do modelo escravocrata. Ele enfoca principalmente a necessidade que o senhor de escravos tinha de manter seus cativos sob sua guarda, isto porque grande parte da identidade desses proprietários de terra estava ligada aos seus escravos. Genovese também aborda a questão da economia secundária que se formou nos anos de escravidão, pois já que os escravos podiam em seu tempo livre plantar alimentos e vendê-los entre outros cativos da mesma propriedade, existia assim um “comércio” dentro dos grupos de escravos. A cultura negra foi tema de pesquisa durante muitos anos e é o último tema que a cliometria abordou. O principal problema dessa faceta social da escravidão é a dificuldade de arrecadar-se dados confiáveis, pois os relatos de viajantes da época eram considerados pouco precisos, as biografias de ex-escravos eram muito influenciadas por ideias pós-abolicionismo, e as entrevistas realizadas com ex-escravos nos anos 1920 eram principalmente de escravos acima de 80 anos e como

eram realizadas principalmente por brancos, havia pouca afinidade entre o entrevistado e o entrevistador. A solução dos pesquisadores foi utilizar o maior número de fontes distintas a fim de reduzir o erro que cada uma delas impunha. Faz-se necessário ressaltar que, apesar destas pesquisas abordarem um caráter mais sociológico do que econômico, elas são importantes por mostrarem a formação da sociedade e a posição dos negros no período pós-escravista.

A contribuição dos cliometristas nesta parte dos debates sobre a escravidão foi muito relevante, sendo que muitos destes pesquisadores trabalhavam em outras áreas que não a história econômica e trouxeram novas ferramentas para um estudo mais refinado desse período. Um exemplo de grandes trabalhos produzidos por pesquisadores de outras áreas que foram atraídos pelo debate sobre a escravidão, que começava a chamar atenção, é *Time on the Cross*, escrito por F-E em 1974. Constatou-se que a análise da escravidão por estes autores, em princípio, não tinha como intuito provar que a escravidão era rentável, eles tinham como objetivo efetivamente achar o quão mais eficientes eram as propriedades do Norte, que usavam trabalho livre, do que as do Sul, que usavam trabalho escravo, e durante a elaboração desta pesquisa, ao se depararem com resultados que mostravam o oposto, foram motivados a buscar novos dados e a refinar a econometria utilizada. O livro *Time on the Cross* inclui uma descrição detalhada tanto da distribuição demográfica dos escravos no Sul dos Estados Unidos, quanto do tipo de atividade em que esse trabalho era empregado, bem como o tipo de alimentação e alojamento que os escravos recebiam, e desmancha muitos mitos que foram tidos como verdadeiros por várias gerações de pesquisadores.

Os estudos cliométricos também mostraram que os escravos tinham motivos para adquirir habilidades e trabalharem de forma eficiente, pois a qualidade de vida que podiam fornecer à sua família e a escolha de dias livres dependiam da sua eficiência como trabalhadores. Outras contribuições muito importantes foram os trabalhos de Reid, Freeman e DeCanio que sugerem que a qualidade de vida dos negros piorou após 1870 (pós-Guerra da Secessão), e que isso se deve mais ao poder do Estado de transferir renda e riqueza dos negros para os brancos do que às forças de mercado. Verifica-se que Freeman encontrou evidências de que em 1930 o número de negros empregados no setor público no Sul caiu pela metade, sendo que o número de empregos públicos no Sul dos EUA, nesse mesmo período, cresceu 50%. Estes dados mostram que a moral da sociedade escravista e o racismo intrínseco a este sistema não foram quebrados com a abolição e que a escravidão não foi apenas um capítulo à parte da história americana, mas um importante pilar da formação econômica do país.

### 3.3 Abolição da economia escravista

Como foi mostrado que o trabalho escravo era rentável, e seu fim não se deve à sua baixa eficiência econômica, serão abordadas brevemente as causas que levaram ao fim desse sistema econômico nos Estados Unidos. Ao longo deste trabalho também será esclarecido por que o período escravista brasileiro teve um fim tão ímpar quando comparado com as demais economias escravistas do novo-mundo.

Os motivos que levaram ao fim da escravidão foram melhor compreendidos com o surgimento de duas novas escolas de pensamento, sendo elas a escola etnocultural e os historiadores da cultura política. A primeira escola citada apresenta a ideia de que motivos etnoculturais são a principal razão da divisão política nos EUA do século XIX, e não o conflito de classes. Através desta análise será mais simples compreender a divisão entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos e a dinâmica dos partidos políticos com apoio em cada uma dessas diferentes regiões.

Os evangélicos que eram maioria no Norte viam a escravidão como um pecado, pois era contra a lei divina que pregava igualdade. Portanto a política escravista do Sul era vista como um empecilho para a salvação espiritual, e esse pensamento que foi aceito pelo partido Whing do Norte levou à sua divisão. Com o crescimento do Norte dos EUA em 1850, o número de imigrantes católicos e luteranos teve grande aumento, o que gerou um certo temor por parte dos evangélicos e pietistas que se juntaram ao movimento político Know-Nothings. Nesse momento é criado o Partido Republicano pelos líderes anti-escravistas, juntamente com dissidentes Whings e Democratas; esse partido além da agenda anti-escravista tinha um forte tom anti-católico e nativista.

A análise econômica do período anterior à Guerra Civil mostra que tanto o Norte quanto o Sul dos EUA tiveram acentuado crescimento econômico a longo prazo, com períodos de recessão de curto prazo. Mas apesar da complementaridade do Sul com o Norte e da dinâmica existente entre as duas regiões, como pode ser visto pela configuração política, as regiões tinham características étnicas distintas, o que tornava a agenda política americana muito ligada aos interesses de cada região e foi a causa da instabilidade política que levou à Guerra de Secessão em 1861, e à sobreposição dos ideais políticos do Norte sobre os do Sul.

A escravidão nos EUA, apesar de ainda ser uma discussão em aberto, não se mostra como o principal fator que levou à Guerra da Secessão, nem como causa do atraso econômico observado no século XX no Sul dos EUA. Assim tudo indica que a Guerra Civil e a abolição da



escravidão foram definidas por movimentos políticos impulsionados por diferenças étnico-religiosas, e o clamor pela abolição era mais um entre os objetivos que separavam as visões de políticas dos partidos e não o ponto principal que culminou na Guerra Civil Americana.

## 4 CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Em meados do século XVI um escravo africano valia três vezes mais que um escravo indígena, segundo Marquese (2006), mas após esse período ocorreram várias epidemias no litoral brasileiro, e a mortalidade de escravos indígenas foi muito alta, portanto foi necessária uma constante reposição dos escravos. Na década seguinte, a Coroa portuguesa impôs leis que proibiam de forma parcial a escravização de índios, como a lei de 30 de julho de 1566. Como os portugueses nesse mesmo período melhoraram o funcionamento do tráfico de escravos africanos, esse tipo de mão de obra escrava se tornou mais acessível e por conseguinte passou a ser dominante e superou o número de escravos indígenas rapidamente.

A partir do século XVII os próprios brasileiros passaram a gerir o tráfico negreiro, instalando-se em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, o que diferencia o tráfico de escravos brasileiro da maior parte das economias escravistas, pois o tráfico de escravos geralmente era feito pela metrópole. Isso deu uma dinâmica própria à escravidão brasileira, e tornou esta dependente tanto dos lucros do trabalho escravo quanto da sua captura e venda.

### 4.1 Tese da Benevolência da Escravidão Brasileira

A forma de exploração do trabalho escravo mudava conforme a atividade na qual este estivesse sendo empregado. A forma mais tradicional foi o sistema de turmas, utilizada principalmente em culturas de *plantation*, no entanto Morgan (1988) coloca que outra forma de trabalho era utilizada em lavouras até mesmo de *plantation*, como a de café, que é o sistema de tarefas (*task system*), no qual o escravo devia realizar uma determinada tarefa a ser completada no dia ou na semana, sendo que o tempo que lhe restasse após a execução poderia ser utilizado livremente.

Morgan também aponta que o sistema de turmas e o de tarefas não tinham uma configuração exata e que portanto havia outros modos de utilizar o trabalho escravo, como por exemplo, o sistema de tarefas coletivas.

No Brasil o trabalho de turmas (*gang system*) era mais utilizado do que o de tarefas, no entanto algumas formas de sistema de tarefas coletivas passaram a ser utilizadas nos canaviais no início do século XVII; no caso do café era o sistema de turmas o mais utilizado, sendo o

grupo de escravos supervisionado por um feitor, que podia ser tanto um trabalhador livre quanto um escravo, porém na época da colheita o sistema de tarefas era o executado. (MORGAN, 1988)

Estas duas principais formas de utilização do trabalho escravo abrem espaço para compreendermos se os donos de escravos brasileiros possuíam um sistema voltado para incentivos positivos ou negativos a fim de extrair lucro dos seus escravos. A discussão sobre a benevolência do tratamento dos escravos negros no Brasil é parte importante da literatura nacional sobre a escravidão, e Versiani (2007) tenta identificar se a tese da benevolência da escravidão brasileira era correta, através da forma com que o trabalho escravo era executado.

É comum encontrar em relatos sobre o trabalho escravo, de europeus que viajavam ao Brasil, citações que indicam que a escravidão brasileira era benevolente quando comparada a outras regiões, e que os escravos viviam em melhores condições do que os operários europeus. Entretanto, segundo Versiani (2007), foi Gilberto Freyre um dos autores que mais se dedicou a espalhar esta visão de benevolência sobre o regime escravista brasileiro, que foi muitas vezes usada em oposição ao sistema escravista norte-americano, que era considerado muito mais cruel com seus escravos. Obviamente esta visão não foi consenso entre os historiadores, sendo Florestan Fernandes um dos principais críticos desta tese de benevolência.

Para a produção ser realizada com maior eficiência, podem ser dados incentivos positivos ou negativos para o escravo. Quando a assimetria de informação entre o escravo e o seu senhor é menor, isto é, o segundo consegue visualizar os resultados do trabalho do primeiro, situação em que o *gang system* costuma ser utilizado, incentivos negativos podem ser aplicados para aumento da eficiência; no caso brasileiro, os responsáveis por estes castigos eram os feitores que costumavam acompanhar a turma de escravos. Em fazendas menores que possuíssem menos de 20 escravos, incentivos negativos eram pouco utilizados, já que o custo de supervisão se tornava muito elevado.

No caso de atividades em que é difícil identificar o resultado do trabalho, como em atividades de carpintaria, em que há uma grande assimetria de informação entre o senhor e o escravo, incentivos positivos eram preferíveis, este seria o caso do *task system*.

Assim, a tese da benevolência parece ter respaldo, se considerarmos que a descrição de escravidão feita por Freyre se referia mais aos trabalhos domésticos realizados pelos escravos, isto é, trabalhos baseados no *task system*.

Fazendo uma análise de qual é o senhor de escravo médio, podemos compreender qual era o tipo de incentivo mais utilizado, sendo que nessa questão é possível identificar que, devido ao fato de ser muito difundida a escravidão, a maioria dos senhores possuía poucos

escravos, não apenas nas cidades mas também nas propriedades agrícolas. Cardoso (2003) cita que no Rio Grande do Sul se fazia uso regular de escravos em atividades urbanas como costureiros e operários de edificações, entre outros. Na Bahia, em 1817, 70% dos escravos pertenciam a poucos proprietários como aponta Blackburn (2002). Em Pernambuco, sabe-se que “dados de inventários *post mortem* do Agreste e do Sertão indicam [...] [que] cerca de dois terços dos cativos do Agreste e nove décimos, no Sertão pertenciam a senhores que tinham até 20 escravos” (VERSIANI; VERGOLINO, 2007, p. 13)

Os dados acima indicam que não se pode refutar a tese da benevolência de forma simples, sem uma comparação mais acentuada com outras economias escravistas. Também é importante ressaltar que, como argumenta Philip Morgan (1988), em grandes plantéis de escravos no Brasil era frequente o uso de coerção física, e que as economias escravistas costumavam seguir uma trajetória que substituiu o trabalho de *gang system* por *task system* à medida que se encaminhava para a abolição. Então, apesar de não podermos refutar a tese da benevolência, podemos considerar que caso a escravidão no Brasil realmente se mostrasse mais branda, isso se devia mais à organização do trabalho e a questões relacionadas com a dificuldade de supervisão do trabalho do que pela humanidade do senhor de escravos típico.

#### **4.1 Manutenção da Escravatura no Brasil**

Maquese (2006) explora as características da escravidão brasileira que fizeram com que esta se mantivesse por três séculos e tivesse seu fim causado por pressões externas. Um dos fatos mais interessantes é notar que no Brasil havia uma relação estreita entre o volume do tráfico negreiro transatlântico e as altas taxas de alforria no Brasil, o que mostra um indício de que mecanismos internos no país faziam com que revoltas em massa dos escravos se tornassem menos prováveis.

Os proprietários de terras, que eram produtores de matérias-primas fundamentais para a economia brasileira, eram altamente dependentes da mão de obra escrava e no início do século XVII os escravos representavam 40% da população nacional. Assim a escravidão era um pilar econômico de extrema importância, e isso é um dos fatores que explica porque houve tanta relutância em se conceder a abolição do trabalho cativo, e também esclarece por que eram utilizados tantos métodos para evitar que revoltas de baixo para cima derrubassem o sistema em vigor, como foi o caso de grande parte da América espanhola. (BLACKBURN, 2002)

A revolução dos Palmares ocorreu em meados do século XVII e a característica do Nordeste brasileiro nessa época era o predomínio da *plantation* de açúcar que se utilizava de mão de obra escrava. Nesse período a população da região era composta majoritariamente por escravos negros, na sua maioria vindos do centro da África, e o número de negros livres era irrisório, sendo tais características propícias a uma revolta, como ocorreu no Caribe, e também nos explica por que essas revoltas não voltaram a ocorrer em outros períodos no Brasil. (MARQUESE, 2006)

Com o declínio da economia açucareira pela pesada concorrência externa e a alta tributação da coroa portuguesa, a prática de dar alforria para os escravos tornou-se mais comum, e a proporção de mulheres escravas em idade fértil que ganhavam alforria era superior à de outros grupos. Esse fato comprometeu a possibilidade de reprodução demográfica autossustentável da escravidão brasileira e acentuou a importância do papel do tráfico negreiro.

Prosseguindo-se a análise aqui realizada, no que tange ao trabalho escravo no ciclo do ouro, os escravos que trabalhavam nessa atividade costumavam receber mais alforrias devido às características da mineração, visto que nessa atividade era mais fácil ocorrerem fugas e resistências. Assim, para garantir que os escravos trabalhassem de modo adequado e entregassem o ouro que encontrassem, por várias vezes os senhores permitiam que o escravo comprasse sua alforria, motivando assim um maior interesse dos cativos na mineração. É claro que havia várias pequenas comunidades de escravos fugitivos em Minas Gerais, porém estas não representavam uma oposição ao sistema escravista e chegavam até a estabelecer relações comerciais com a sociedade mineradora. Essa estrutura, sem dúvida, impediu qualquer revolta significativa na região. Outra característica importante das alforrias é que elas continuavam sendo dadas preferencialmente às mulheres, mulatos, bebês e nascidos no Brasil. (MARQUESE, 2006)

O Brasil diferenciou-se de outras colônias escravistas por ter uma considerável população livre negra ou descendente de escravos negros, que convivia com uma população branca e de escravos negros. A população mulata integrava realmente a sociedade e era empregada como trabalho qualificado, sendo também utilizada em tropas militares auxiliares. Como aponta Blackburn:

No Brasil, a população livre de cor fazia parte da milícia e do exército regular, e podia até mesmo assumir cargos – coisa que seria impensável na América do Norte colonial. [...] Os mulatos eram muito mais bem aceitos pela sociedade colonial que os negros, e alguns chegavam a ser nomeados magistrados locais. (BLACKBURN, 2003, p. 597)

A prova de que esse sistema ajudou a manter a escravidão no Brasil, sem grandes revoltas, é o fato de que vários mulatos tinham posições sociais de importância, e muitos deles, ex-escravos ou descendentes destes, possuíam escravos; segundo Blackburn, “[...] a posse de escravos era comum o bastante para criar um tipo diferente de “classe média” e “classe média baixa” possuidoras de escravos.” (BLACKBURN, 2002, p. 433)

De 1807 a 1835 houve alguns levantes de escravos na Bahia, porém eles não alteram a estrutura escravista da sociedade brasileira, ao contrário do que ocorreu no Caribe no mesmo período. A principal razão, segundo Marquese (2006), dessa distinção entre Caribe e Brasil é que neste último os mulatos não se consideram próximos da população escrava e não apoiaram nenhum levante dos cativos, mas pelo contrário ajudaram a sufocar as revoltas escravas.

A estrutura escravista, da convivência de escravos ao lado de libertos, e a distinção que havia entre esses dois grupos, além da concessão de alforrias, fez com que a escravidão brasileira se sustentasse por vários séculos, e seu fim chegou por uma ameaça externa, a pressão antiescravista inglesa, e não por revoltas internas, o que torna a escravidão brasileira um tanto quanto peculiar.

## 5 TRABALHO ESCRAVO NO RIO GRANDE DO SUL

A escravidão do século XIX e de séculos anteriores, por suas características universais traduzidas pelos mercados de escravos, mais une do que separa o Rio Grande do Sul do restante do Brasil. (NOGUERÓL et al, p. 14)

O Rio Grande do Sul no século XIX tinha a produção do charque como principal atividade econômica, a qual está ligada à criação do gado, em que o trabalho é feito principalmente a cavalo, e por esta característica foi considerada por muito tempo como inviável a propriedade de escravos nesta região. No entanto, tem-se conhecimento de que esta ideia é errônea, pois o uso do trabalho escravo não só era possível nas charqueadas como era amplamente utilizado.

Diferente do Sudeste e Nordeste brasileiro, o Rio Grande do Sul não possuía expressivas fazendas voltadas à exportação, as quais permitiam o uso do trabalho escravo em turmas, que é uma imagem muito característica dessas regiões. No caso do Rio Grande do Sul, o trabalho em grandes propriedades pecuárias nunca teve sua imagem associada à escravidão, porém uma análise dos inventários *post mortem* de proprietários das charqueadas mostra que os escravos se encontravam presentes nestas propriedades. Em Pelotas, que possuía charqueadas de grande importância, no período de 1850 a 1887 foram inventariados mais de mil escravos, sendo destes 719 do sexo masculino, o que é um indicativo do uso de escravos em atividades produtivas e não apenas domésticas. (NOGUERÓL et al, 2007, p. 3)

Autores de grande importância na literatura econômica brasileira ajudam a reforçar a ideia de que escravidão e atividade de pecuária não eram compatíveis, estando dentre estes Celso Furtado, que em “Formação Econômica do Brasil”, ao retratar a economia criatória do Nordeste, que tem várias semelhanças com a rio-grandense, argumenta que nesta não predominava o trabalho escravo. No caso de autores como Caio Prado, a utilização de trabalho escravo é considerada como secundária na atividade pecuária.

No entanto, hoje sabe-se que o uso do trabalho escravo era feito de forma mais intensa do que normalmente se pensava, em todas as regiões do país os escravos eram utilizados para as mais diversas tarefas, como cocheiros, cozinheiros, agricultores, e até mesmo marinheiros e músicos. No caso do Rio Grande do Sul não era diferente, e os escravos recebiam cargos que mostravam que a sua importância não era marginal nas charqueadas. Segundo dados adquiridos por Helen Osório, de uma esfera de dados de 7677 escravos registrados no Rio Grande do Sul,

22,88% foram declarados campeiros, que é a principal função executada nas charqueadas. (NOGUERÓL et al, 2007)

As atividades campeiras exigiam que os escravos fizessem uso do cavalo, que para muitos é mais um sinal da inviabilidade da plena utilização do trabalho escravo nessa região, pois era dado ao cativo um meio de fuga e em muitos locais isto se somava à proximidade da fronteira. No entanto, o número de escravos marcados como fugitivos é pouco expressivo, o que se deve, muito provavelmente, a motivos semelhantes aos da economia mineira, na qual eram dados incentivos para os escravos permanecerem nas suas atividades e aqueles que fugiam se reuniam em quilombos, que eram dependentes da demanda da atividade mineradora, a qual por sua vez era executada por escravos, tornando-se assim difícil para um escravo fugitivo desvincular-se da economia escravista, visto que as oportunidades se mostram muito limitadas. Relativamente à questão da fronteira próxima, Noguéról et al (2007) aceita que realmente esta tornava mais fácil a fuga de cativos, mas mesmo nestas condições o número de fugitivos reportados não se mostra expressivo a ponto de inviabilizar o uso do trabalho escravo.

Noguéról et al (2007) também refere que como os preços dos escravos eram formados de acordo com a expectativa de lucro que se esperava adquirir destes, aumentos no risco de fuga levavam a quedas no valor do escravo, sendo que no caso analisado de Bagé o preço do escravo passa a ser 9% mais baixo que a média do valor de escravos de primeira linha no Rio Grande do Sul, isto porque com a abolição da escravidão no Uruguai, em 1846, o escravo tinha maiores incentivos para a fuga.

Cardoso (2003) foi o autor da mais importante obra que apresenta a viabilidade do uso do trabalho cativo nas charqueadas gaúchas. Apesar de defender que o trabalho escravo era não rentável, demonstrou de forma incontestável que a escravidão no Rio Grande do Sul era possível e foi largamente utilizada, principalmente nas charqueadas, como consta em “Escravidão no Brasil Meridional”: “Foi a indústria do charque, todavia que tornou a exploração do escravo intensa e regular no Rio Grande do Sul.” (CARDOSO, 2003, p. 66)

O momento histórico do qual se trata e as características da atividade econômica que se está abordando, segundo Cardoso, mostram a intensidade com a qual era feito o uso do trabalho escravo. No caso de lavouras de subsistência com pouco vínculo com áreas de economia exportadora, a afirmação de Caio Padro é verdadeira pois a mão de obra escrava era pouco utilizada, porém no caso das grandes charqueadas que tinham sua produção voltada para o Sudeste brasileiro ou outros países de fronteira com o Rio Grande do Sul e propriedades de subsistência que serviam de apêndice às primeiras, a mão de obra cativa era amplamente utilizada.



O censo da população do Rio Grande do Sul de 1814 mostra que a população negra no Estado era bastante expressiva e como nesta época o núcleo urbano era restrito, pode inferir-se que um número diminuto de escravos realizava atividades fora da área rural, observando-se que nesta, mesmo contando o uso de escravos em atividades domésticas, não se explica número tão elevado de escravos se estes não fossem empregados em atividades produtivas. O censo também mostra que haviam 1226 escravos em Pelotas, o que já sugere o uso da mão de obra escrava em atividades agrícolas e pecuárias, que eram de grande importância na região.

Com o aumento da especialização da atividade pecuária gaúcha e a consolidação das charqueadas como indústrias naturais, a mão de obra escrava foi utilizada de forma mais intensiva. Cardoso reforça essa ideia apontando que:

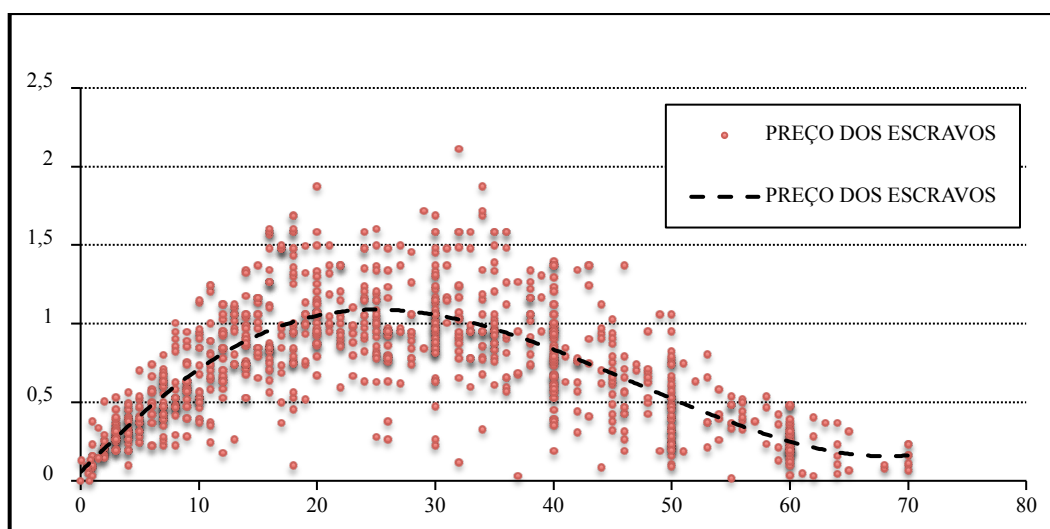
Nas estâncias a quantidade de negros utilizados não chegou a ser grande, tanto porque houve a utilização concomitante de trabalho indígena e do trabalho de peões gaúchos livres, como porque a quantidade de mão de obra requerida pela empresa criatória é sabidamente pequena. Nas charqueadas, porém, o trabalho organizou-se exclusivamente à base da escravidão. (Cardoso, 2003, p. 79)

## **5.1 Rentabilidade do Trabalho Cativo no Rio Grande do Sul (1838-1884)**

Para analisar-se a rentabilidade do trabalho escravo no Rio Grande do Sul foram utilizadas duas metodologias: a primeira é a empregada por Monastério (2005) que consiste em encontrar a taxa interna de retorno do trabalho escravo; a segunda metodologia é uma análise dos rendimentos gerados por um escravo, levando em consideração a queda destes à medida que a idade avança.

Abaixo vemos o gráfico 01 que apresenta o preço dos escravos, normalizados pelo valor médio de um escravo de 20-29 anos nos períodos  $t-1$ ,  $t$  e  $t+1$ , com  $t \in (1838; 1884)$ . Para deflacionar-se o valor dos escravos que foi adquirido através de Noguieról (2002), foram utilizados os valores da inflação da libra esterlina, isto porque como essa ainda era lastreada e suas oscilações eram mais suaves, é mais provável imaginar a variação do preço dos escravos nesse ritmo, já que por se tratarem de valores altos é irreal supormos que a sua variação seria a mesma que aquela dos alimentos, a qual constitui a base para o índice de Lobo (1971) que é o principal deflator construído para a economia brasileira no tocante ao período que engloba grande parte do século XIX.

Podemos observar no gráfico que o preço do escravo atinge o valor pico na média de 20-29 anos, e após esse ponto decresce de forma suave; a curva estimada para estes pontos foi um polinômio de sexto grau, que mostra que há lógica em imaginarmos que os escravos eram tratados como ativos, pois seu valor correspondia à renda que se esperava auferir dele. Por exemplo, um escravo mais jovem implica mais custo e menos renda mas ao longo do tempo a renda que esse escravo produz vai aumentando, conseqüentemente o preço do escravo aumenta, sendo que após a idade pico de rentabilidade o preço volta a cair, já que se espera utilizar o escravo por menos tempo e que sua produtividade caia.



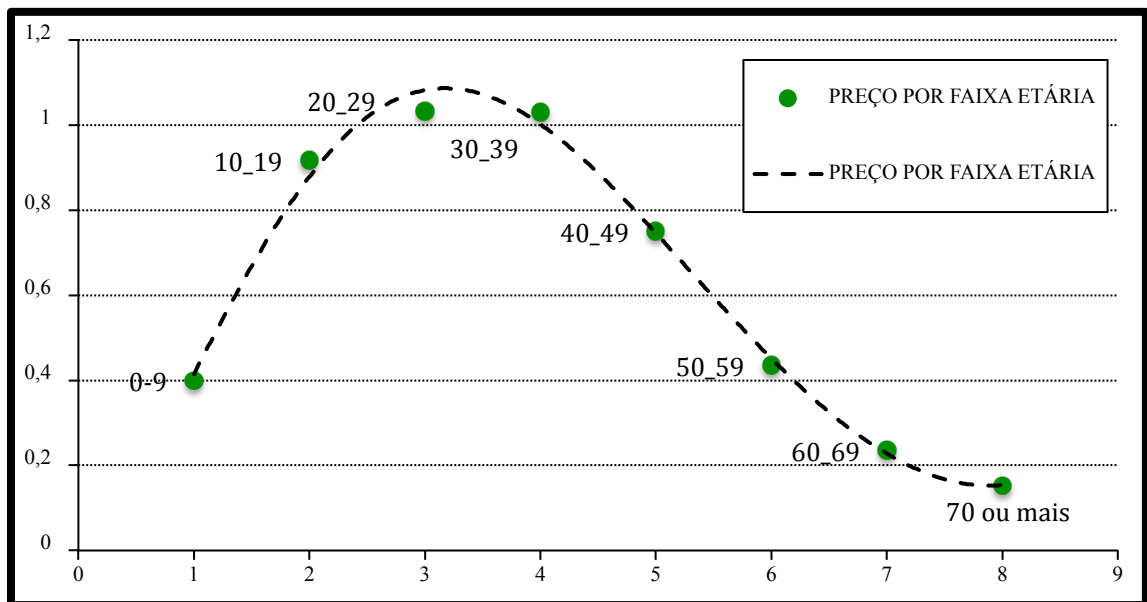
**Gráfico 01 – Preço dos escravos por idade normalizados pela idade pico**

Fonte: Elaborado pelo autor

Os pontos do gráfico 01 que estão muito distantes da linha traçada se devem, quando abaixo dessa, muito provavelmente ao fato de que escravos arreados, que eram considerados de trato mais difícil, mesmo não sendo doentes eram vendidos a preços menores, já os pontos acima da linha se devem ao fato de que os escravos que possuíam habilidades, como carpinteiros, cocheiros, cozinheiras, que eram experientes e podiam ensinar seu ofício a outros escravos, eram vendidos a preços mais altos.

A fim de neutralizar-se estas disparidades de preços e ver-se de forma mais clara a tendência já apresentada no gráfico anterior, separou-se os escravos em 8 faixas etárias, no Gráfico 02, e foi novamente estimado um polinômio de grau seis com o intercepto igual a zero, tendo sido observado que a tendência já descrita no gráfico anterior se confirma.

Fogel e Engerman (1974) encontraram distribuição semelhante para os preços nos Estados Unidos, sendo por eles utilizada uma base de dados com mais de cinco mil preços de venda de escravos do sexo masculino. Eles ainda colocam que o fato de os escravos de 20 a 29 anos terem um valor mais elevado que os demais não pode ser explicado por questões de prestígio, portanto a distribuição do preço dos escravos não indica um comportamento pré-capitalista, baseado no prestígio de possuir-se escravos, mas sim está vinculado à produtividade dos escravos ao longo do tempo. Portanto é mais racional imaginarmos a distribuição de preços como representação dos rendimentos que os senhores de escravos esperavam extrair de seus cativos, visto que estes eram importantes fatores produtivos conforme foi apresentado anteriormente.



**Gráfico 02 – Preço dos escravos por faixa etária**

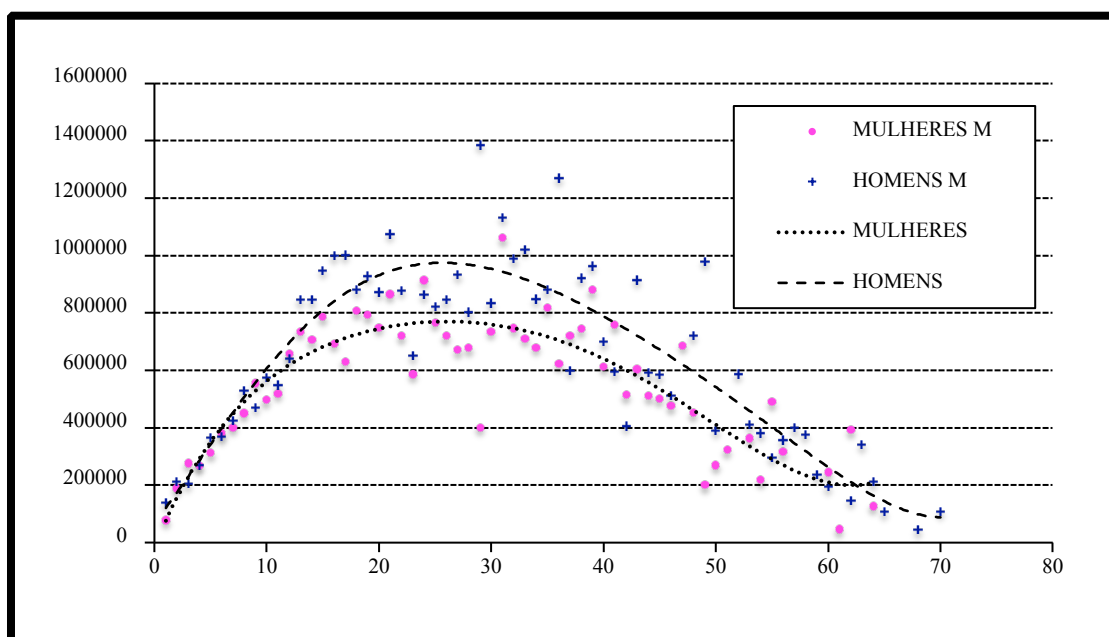
Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados utilizados neste trabalho são compostos por 950 escravos, sendo 405 mulheres e 545 homens, e no gráfico 03 vemos a média de preço em cada idade e a tendência dos preços dos escravos homens e das mulheres. Podemos notar que a curva de tendência dos preços dos escravos homens é mais alta, por conseguinte para uma mesma idade se espera que os escravos do sexo masculino tenham valores maiores, no entanto ao longo do trabalho não vamos fazer a distinção entre o sexo dos escravos, isto porque a nossa base de dados é diminuta e esta distinção poderia afetar de forma negativa os cálculos que se seguem, sendo também

importante ressaltar que na metodologia utilizada por Monastério (2005) não é feita a distinção de sexo dos escravos.

O fato mais interessante expresso no gráfico 03 é que o preço dos escravos com até 9 anos não tem diferenças significativas entre homens e mulheres, e esta é exatamente a mesma idade que Fogel e Engerman (1974) mostram que o preço dos escravos era quase idêntico entre meninos e meninas, sendo que a nossa base de dados se refere à escravidão em Porto Alegre e o trabalho de Fogel e Engerman analisa a escravidão no Sul dos EUA. Fogel e Engerman mencionam que isso parece se relacionar com o fato de que as meninas chegam à maturidade antes dos meninos.

Esse é outro indício de que o preço e o uso dos escravos era feito através de uma lógica racional e capitalista, no entanto é importante ressaltar que, apesar disso, a cultura que se forma em torno da escravidão e o prestígio advindo da posse de um escravo é inegável, bem como a intimidade que se formava entre os senhores de escravos e seus cativos, especialmente quando estes trabalhavam dentro do ambiente familiar, como cozinheiras e amas.



**Gráfico 03 – Média de preço dos escravos por idade e gênero**

Fonte: Elaborado pelo autor

Agora será utilizada a metodologia de Monastério (2005) para buscar-se a TIR dos escravos em cada ano, para verificarmos se a escravidão realmente aparece como uma atividade rentável neste período.

O cálculo utilizado será a fórmula tradicional da TIR, como segue abaixo:

$$P_e = \sum_1^t \frac{\gamma}{(1-i)^t}$$

$\gamma = VPmgL - M$  que é equivalente à  $\gamma = P_c \cdot (\beta \cdot PmeL) - M$

Na qual:

$PmeL$  = Produtividade média do trabalho escravo;

$\beta$  = custo do trabalho escravo nos custos totais de produção;

$P_e$  = preço do escravo;

$P_c$  = preço do charque;

$\gamma$  = o retorno líquido esperado;

$t$  = período esperado de utilização do escravo;

$i$  = taxa interna de retorno;

$VPmgL$  = valor do produto marginal do trabalho escravo;

$M$  = custo de manutenção de um escravo.

Os preços dos escravos são os mesmos apresentados por Nogueról (2002), porém foram selecionados apenas os escravos saudáveis de Porto Alegre e os valores deflacionados segundo Twigger (1999). O  $VPmgL$ , por ser um valor mais complexo de ser adquirido, foi estimado da mesma forma que Monastério (2005); supõe-se que a produção do charque pode ser estimada por uma função Cobb-Douglas

$$Y = K^{1-\beta} \cdot L^{\beta},$$

derivando esta função em relação à  $L$  obtemos

$$PmgL = \frac{\partial y}{\partial L} = \beta(K^{1-\beta} \cdot L^{\beta-1}),$$

como isto é o mesmo que

$$PmgL = \beta \cdot PmeL,$$

e é mais simples auferir valores para a produtividade média do trabalho escravo, será utilizada esta fórmula para adquirimos o VPMgL.

O valor de PmeL é 45.360 quilos de charque, a explicação do uso deste valor segue abaixo:

Segundo Couty (1880, p. 138), 80 escravos são capazes de preparar 200 a 250 animais por jornada. Considerou-se o valor médio de 2,8 animais/dia. O rendimento em charque por cabeça, segundo o mesmo autor (1880, p. 60), era de 60 quilos. Ele ainda informa qual era o período de safra do charque: de outubro até fins de junho (1880, p. 60). Logo, o produto médio anual de cada escravo era de 45.360 quilos (2,8 animais X 60quilos X 270 dias). (Apud MONASTÉRIO, 2005, p. 19)

O valor de  $\beta$  utilizado é 0,34, estimado como participação do custo do trabalho escravo nos custos totais por Mello (1978), contando apenas duas casas decimais. Também foram extrapolados os valores do custo de manutenção dos escravos através do mesmo artigo, que aponta 60\$300 como o custo de manutenção de um escravo em idade adulta em 1873 nas lavouras de café do Rio de Janeiro. A extrapolação destes dados foi feita com base no índice de preço de Lobo (1971) com ponderação em 1856.

O valor do charque que é utilizado para compor o valor da rentabilidade do trabalho escravo encontra-se em Monastério (2005). É importante ressaltar que com exceção do preço dos escravos, os demais valores foram deflacionados com base no índice de Lobo (1971).

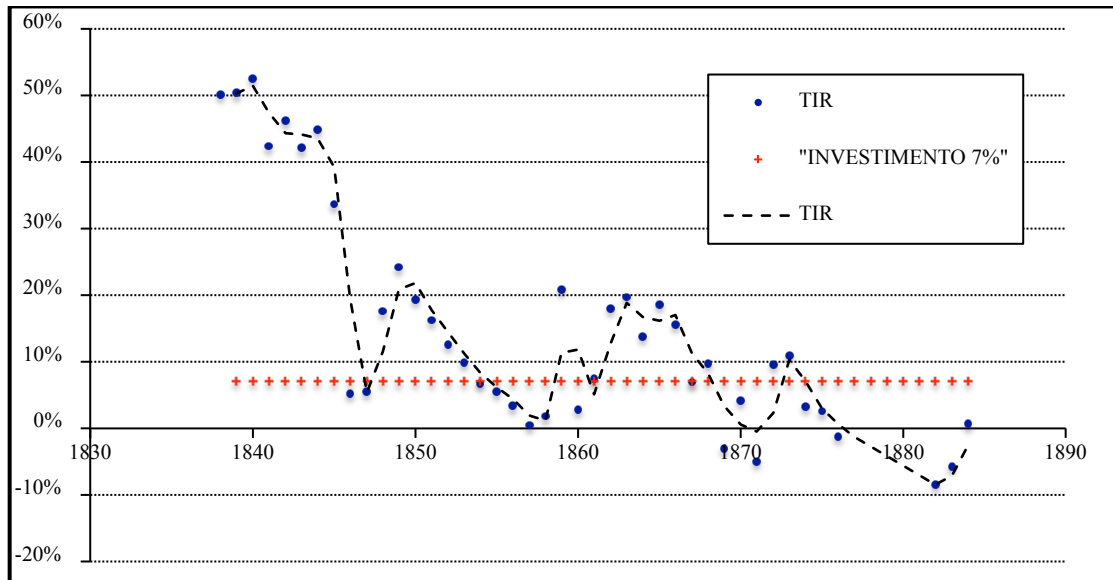
Nota-se que esta análise é bastante simplista, por considerar que o custo de manutenção, bem como o valor do charque, se mantém constante por 30 anos para auferirmos uma taxa interna de retorno para cada ano. Porém, através desta simplificação podemos identificar de forma mais clara quais os anos em que o trabalho escravo apresentou uma TIR mais baixa e identificar os motivos para tal.

Abaixo é apresentado o gráfico 04 com os valores das TIR do ano de 1838 a 1884. Vemos que até 1885 todas as taxas apresentadas são superiores a 5% em todos os períodos e depois temos oscilações de comportamento, porém após 1875 os valores da TIR ficam muito baixos, havendo períodos em que esses estão negativos.

Um ponto a ser ressaltado é que antes de meados de 1870 a maior parte dos períodos apresenta uma TIR superior a 7%, que foi o juro pago pelas apólices da província pertencentes

à Santa Casa, segundo consta nos Relatórios dos anos de 1877, 1878 e 1883 da referida instituição.

A seção 5.2 dedica-se a mostrar quais as razões que levaram à queda da TIR pós-1875, se isso ocorreu devido a oscilações nos preços dos escravos ou mudanças no preço do charque.



**Gráfico 04– Rentabilidade do trabalho escravo**

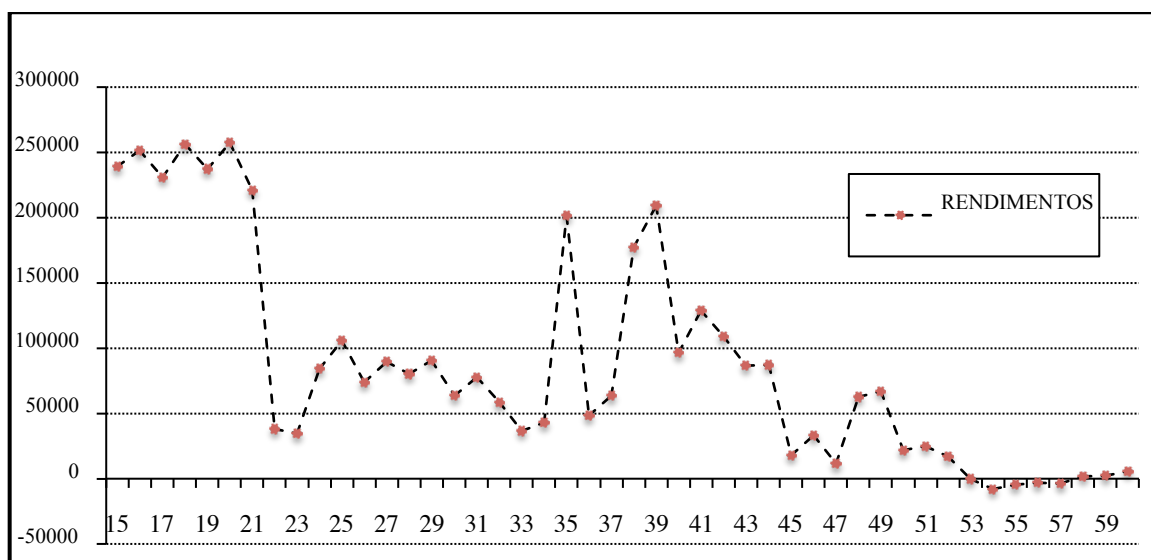
Fonte: Elaborado pelo autor

O segundo método de cálculo consiste em analisar qual a rentabilidade real que um senhor de escravos teria obtido caso comprasse um escravo com 15 anos, e este fosse encarregado de trabalhar em uma charqueada.

Com o valor do preço do escravo, foi adotado o preço médio no período para cativos de 15 anos que foi de 948\$333, e a rentabilidade é a mesma utilizada no cálculo anterior, porém o valor foi multiplicado pela razão entre o preço de um escravo na idade  $t$  sobre o valor de um escravo na idade pico, assim com o avanço da idade do escravo, o valor do rentabilidade passa a ser menor, mesmo que não houvesse mudanças no preço do charque.

A análise considera que o escravo é comprado com 15 anos, no ano de 1839, depois são feitos dois cenários, um em que o escravo vive até 30 anos e outro em que o escravo vive até os 60 anos.

No gráfico 05, apresentamos os fluxos de rendimento gerados pelo escravo dos 15 anos até os 60, notando-se que há uma queda da rentabilidade, que se deve à queda no preço do charque ao longo do período e ao avanço da idade do escravo.



**Gráfico 05 – Fluxos de rendimento de um escravo em cada idade**

Fonte: Elaborado pelo autor

Caso o escravo viva até os 60 anos, com probabilidade de 11% de chegar a esta idade, segundo expectativa calculada por Mello (1978), temos uma TIR igual a 21%, que é superior à taxa de 7%, que é a taxa de juro paga pelas apólices da província.

Se supusermos que o escravo atinja a idade de 30 anos, que foi a expectativa de vida média utilizada por Monastério (2005), apontando Mello (1978) como sendo de 34% a probabilidade de um escravo atingir esta idade, temos um TIR de 20%, e isso mostra que de 15 a 30 anos há uma produtividade do trabalho escravo superior àquela do período que se segue de 30 a 60 anos.

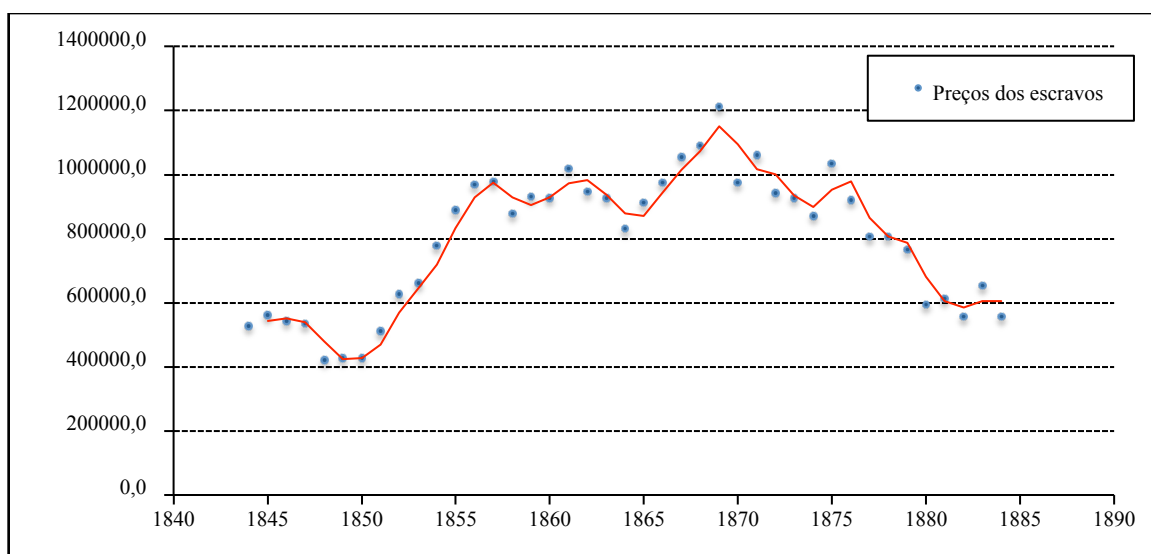
Em ambas as metodologias utilizadas, a taxa interna de retorno do trabalho escravo era positiva na maior parte do período analisado, demonstrando-se que a escravidão era rentável, e que a hipótese de que possuir escravos era uma questão de *status* social e não de racionalidade econômica pode ser negada diante das evidências levantadas ao longo desta análise.



## 5.2 Declínio das Charqueadas

Pretende-se indicar qual a principal causa do declínio das charqueadas no final do século XIX, constatando-se que as principais suposições abordadas pela literatura são o aumento do preço dos escravos, que ocorreu em meados do século XIX, quando é aprovada a Lei Eusébio de Queirós que proíbe tráfico interatlântico de escravos, e a queda do preço do charque, devido às características deste produto ou da maior eficiência dos produtores de bens similares.

A primeira suposição considera que com o fim do tráfico transatlântico e sendo o escravo o principal fator produtivo das charqueadas, portanto sendo seu custo significativo para a produção, uma escassez de mão de obra escrava que leva a um aumento do preço dos cativos tem impacto direto nos custos de produção. Como podemos ver no gráfico 06, que apresenta o preço de venda de escravos com 20 a 29 anos em Porto Alegre, com a proibição do tráfico transatlântico o preço dos escravos subiu em termos reais.



**Gráfico 06 – Preço dos escravos em idade pico (1844 – 1884)**

Fonte: Elaborado pelo autor

Essa hipótese foi testada por Pereira e Lautharte (2011), que fizeram uma regressão simples para identificar qual o impacto da variação no valor pago pelos escravos pós-1850 sobre a quantidade de charque exportada. O coeficiente da variação do preço dos escravos não foi significativo, revelando que o impacto na variação do preço dos escravos não explica a

queda nas importações do charque. Esse resultado também aponta que não havia incentivos para a contratação de trabalhadores livres mesmo com o aumento no preço dos cativos.

O impacto da taxa de câmbio sobre a quantidade de charque exportado também foi analisado e se mostrou significativo, visto que uma desvalorização do câmbio impulsionava a demanda pelo charque, portanto o grande crescimento da exportação de café do século XIX era negativo para as charqueadas gaúchas, já que grande parte dos escravos eram vendidos ao Sudeste, pois os cafeicultores conseguiam pagar preços mais altos pelos escravos, e a pressão de valorização cambial incitada pelo aumento das exportações de café minava parte da competitividade do charque do Rio Grande do Sul. Acerca das exportações de café no século XIX, refere Monastério:

É marcado por um aumento não só absoluto, como também relativo das exportações de café. De apenas 129.000 sacas de 60kg em 1921, o século terminou com 9.155.000 sacas exportadas. (MONASTÉRIO, 2003, p. 9)

É importante ressaltar que apesar dos efeitos negativos da valorização cambial sobre o charque, a velocidade de ajuste das charqueadas em relação a essa conjuntura adversa era muito alta, então, embora a situação dos charqueadores piorasse ao longo do tempo, em parte pela valorização cambial e pelo fato de que, mesmo com alta velocidade de ajuste, o impacto negativo desta não vinha a ser totalmente suprimido, a variação cambial não é a única responsável pelo declínio das charqueadas a longo prazo.

Apesar dos fatos descritos acima, o aumento da produção do café poderia ter resultado no crescimento da demanda por charque gaúcho, e em parte minimizar os efeitos negativos da valorização cambial. Foi testado, por Pereira e Lautharte (2011), o impacto do aumento das exportações de café sobre a demanda por charque, já que o charque gaúcho compunha a dieta dos escravos das lavouras de café paulista, no entanto essa relação também não se mostrou significativa, principalmente porque neste período começa o processo de substituição da mão de obra escrava pela de imigrantes europeus.

E este é o ponto que é tido como principal fator que levou ao fim das charqueadas a longo prazo, pois com a queda no número de cativos e o aumento de imigrantes, as preferências de consumo do charque mudaram, pois “o mercado europeu não demandava o produto por considerar uma carne inferior, e tampouco os imigrantes que vinham para o Brasil, mesmo sendo paupérrimos, tinham interesse por esse tipo de alimento” (PEREIRA; LAUTHARTE, 2011, p. 30). Assim, essa mudança na demanda pelo produto levou à decadência da mais importante indústria natural do Rio Grande do Sul, como colocam Peireira e Lautharte:

A única forma de vender o charque era através de preços muito baixos, onde seu valor era inferior a uma dúzia de ovos já na década de 1860. Qualquer fator que resultasse em um aumento nos preços levaria aos consumidores a comprarem outros tipos de alimentos. Demonstramos que o aumento de preços ocorreu através de uma valorização da taxa de câmbio real que colocou os produtores do Rio Grande do Sul em uma situação onde, por já estarem utilizando a mão de obra mais barata, não tinham como reduzir os custos de fabricação. A substituição da mão de obra, tida como a salvação nacional, não seria suficiente para salvar o charque. (PEREIRA; LAUTHARTE, 2011, p. 31)

O Uruguai não experimentou o declínio nessa fase, não por estar ocupando o mercado do charque, já que havia um alto protecionismo sobre a indústria do charque gaúcha, “sendo que em 1851 foi imposta uma tarifa de 25% sobre o charque uruguaio e o gado platino foi isento de taxaço” (MONASTÉRIO, 2003, p. 6), mas o Uruguai teve a vantagem de diversificar seus produtos e assim conseguir exportar para o mercado europeu, enquanto o Rio Grande do Sul não diversificou a produção das charqueadas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução cliométrica foi responsável por inúmeras descobertas no que tange ao estudo da escravidão, e com os avanços na busca por dados foi possível extrair características do trabalho cativo além da rentabilidade deste. Tais descobertas, que se iniciaram nos Estados Unidos, motivaram uma retomada do estudo da escravidão em vários outros países da América.

No Brasil o uso do trabalho escravo foi feito em larga escala, e a escravidão era incorporada profundamente na sociedade do século XIX, tanto que indivíduos de diferentes classes sociais possuíam escravos, que eram utilizados em um número amplo de atividades, tanto domésticas quanto produtivas.

A escravidão brasileira tem como peculiaridade ter tido um final pacífico, havendo passado por poucas revoltas de escravos quando comparada às demais economias escravistas. Isso se deve principalmente ao grande número de alforrias que eram concedidas e à distinção que era feita entre negros e mulatos, sendo que estes últimos eram incluídos na sociedade e podiam alcançar cargos respeitáveis, o que os afastava de um interesse mais forte em levantar uma revolução com a finalidade de promover a libertação dos escravos. O fato de que grande parte da população possuía escravos e de que nas atividades agrícolas eles representavam a maior parte da riqueza dos proprietários, tornava a abolição um interesse distante tanto da classe média quanto da classe alta.

No Rio Grande do Sul, assim como no resto do país, o trabalho escravo era bastante difundido e tinha um papel relevante nas charqueadas, que eram responsáveis pela maior parte da produção do Estado. Em especial com a ascensão das charqueadas o número de escravos no Estado aumentou significativamente, já que estes se tornaram uma mão de obra fundamental na atividade produtiva de maior peso no Rio Grande do Sul do século XIX.

Os resultados obtidos mostram claramente que o trabalho escravo era rentável nas charqueadas do Rio Grande do Sul, portanto interesses econômicos não estavam ausentes no uso do trabalho escravo. Considerando-se um escravo adquirido com 15 anos, e supondo-se que este viva até os 30 anos, obtém-se uma TIR de 20%, que é um rendimento significativo, observando-se que os títulos da província tinham uma taxa de juros de 7%. Quando simplificamos nossa análise, supondo que um escravo irá render por 30 anos o mesmo montante que foi obtido em um determinado ano, apesar de perdermos a vantagem da dinâmica de perda de produtividade do escravo, podemos ver de forma mais clara o impacto do preço e do custo de manutenção do escravo em cada ano, assim é possível notar-se que pós-1875 há

uma queda na rentabilidade do trabalho escravo, que leva ao declínio das charqueadas no fim do século XIX.

O declínio das charqueadas também não se deve a um aumento de preços com a proibição do tráfico transatlântico, já que mesmo com um custo mais alto de compra, o trabalho escravo ainda era mais barato do que o trabalho assalariado.

O fim das charqueadas ocorreu principalmente devido a uma mudança de demanda, visto que com o aumento da imigração europeia e a visão de que o charque era apenas comida para os escravos, a demanda deste bem caiu significativamente, ainda mais se considerarmos que a imigração foi motivada pela queda no número de escravos em decorrência das inúmeras leis inglesas impostas sobre o Brasil, que promoviam a abolição.

## REFERÊNCIAS

BLACKBURN, R. *A Queda do Escravismo Colonial, 1776-1848*, Rio de Janeiro, Record, 2002.

\_\_\_\_\_. *A Construção do Escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DOMAR, E. D. The Causes of Slavery or Serfdom : a Hypothesis, *Journal of Economic History*, v.30,n.1, mar. 1970.

FOGEL, R. W. *The slavery debates, 1952-1990 : a retrospective*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. Three Phases of Cliometric Research on Slavery and Its Aftermath. *The American Economic Review*, v. 65, n. 2, p. 37, maio 1975.

\_\_\_\_\_. *Without Consent or Contract – the rise and fall of American Slavery*, Nova York, W.W. Norton & Company, 1989.

\_\_\_\_\_.; ENGERMAN, S. L. *Time on the Cross – The economics of American Negro Slavery*, Boston, Little, Brown and Company, 1974.

\_\_\_\_\_. *Time on the Cross: Evidence and Methods - A Supplement*. Boston, Little, Brown and Company, 1974.

FURTADO, C.. *Formação Econômica do Brasil*. Edição 34. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.

LOBO, Eulalia. *Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 – resultados preliminares*. Revista Brasileira de Economia, v.25, n.4, p. 235, 1971.

MARQUESE, R. B. *A dinâmica da escravidão no Brasil*. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. In: Novos Estudos CEBRAP, v.74, p.107, mar. 2006.

MELLO, P. C. de. Aspectos econômicos da organização do trabalho na economia cafeeira do

Rio de Janeiro. 1850-1888. *Revista Brasileira de Economia*, v. 32, n. 1, p. 43-67, 1978.

MONASTERIO, L. M. . *A decadência das charqueadas gaúchas no século XIX: uma nova explicação*. In: VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003, Florianópolis. Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política. Florianópolis : SEP, 2003..

\_\_\_\_\_. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional. *História e Economia Revista Interdisciplinar*, São Paulo, v.1, n. 1, p. 13 , 2005.

MORGAN, P. D.. Task and Gang System – The organization of labor in New World plantations. In: STEPHEN, I. (Org.) *Work and Labor in Early America*. Chapel Hill .The University of North Caroline Press, 1988.

NOGUERÓL, L. P. N. *Mercado regional de escravos: Padrões de preços em Porto Alegre e Sabará – elementos de nossa formação econômica e social*. In: Primeiro Encontro de Economia Gaúcha 2002, Porto Alegre. Anais... 2002

\_\_\_\_\_.; DIAS, M. S.; MIGOWSKI, V.; PINTO, M. S.; RODRIGUES, D . *Elementos da Escravidão no Rio Grande do Sul: a lida com o gado e o seguro contra a fuga de escravos na fronteira com o Uruguai*, 2007 (Texto para Discussão)

NORTH, D. C.. Cliometrics – 40 years later. *The American Economic Review*, v. 87, n. 2, p. 412, maio 1997.

PEREIRA, T. A. Z.; LAUTHARTE, I. *Café, Uruguai e o declínio das charqueadas no sul do Brasil (1850-1884)*. In: Jornadas Uruguyas de Historia, n. 5, 2011, Montevideu.

TWIGGER, Robert. *Inflation: the Value of the Pound 1750-1998*. Research Paper 99/20. Economic Policy and Statistics Section, House of Commons Library. February, 1999.

VERISANI, F. R.. Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão?. *Revista de Economia Política*, v. 27, n 2, 2007.

\_\_\_\_\_. ; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e sertão de Pernambuco: 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n. 2, Jun. 2003

## APÊNDICE

**TABELA 01 – TIR anual do rendimento do trabalho escravo**

<b>ANO</b>	<b>PREÇO DOS ESCRAVOS</b>	<b>RENDIMENTO LÍQUIDO</b>	<b>TIR</b>
1838	477528,6	239278	50%
1839	478322,1	241020	50%
1840	460693,0	241661	52%
1841	526804,3	223557	42%
1842	523429,7	241869	46%
1843	560761,4	236371	42%
1844	526782,6	236367	45%
1845	561811,8	188930	34%
1846	542452,6	37228	5%
1847	535133,6	37932	6%
1848	421748,2	74909	18%
1849	426666,2	103723	24%
1850	426666,2	83199	19%
1851	512384,0	84460	16%
1852	627728,8	82339	13%
1853	661696,7	70744	10%
1854	778329,7	62522	7%
1855	889415,1	63138	6%
1856	969306,5	54224	3%
1857	979676,0	37425	0%
1858	878712,8	40449	2%
1859	931433,9	195270	21%
1860	927646,8	47975	3%
1861	1019020,9	87953	7%
1862	947153,7	172434	18%
1863	926463,4	183439	20%
1864	831004,3	117558	14%
1865	913224,1	170706	19%
1866	976071,8	154834	16%
1867	1055252,5	86117	7%
1868	1090021,6	114301	10%
1869	1213613,9	26889	-3%
1870	975023,3	59506	4%
1871	1060049,4	15760	-5%
1872	942763,7	98128	10%
1873	926633,9	107808	11%



1874	871296,6	48301	3%
1875	1034401,0	52611	3%
1876	921948,2	27212	-1%
1877	806636,9	-380	
1878	806636,9	-19236	
1879	766465,2	-11456	
1880	594692,2	-7731	
1881	614129,6	-9525	
1882	556618,4	4339	-8%
1883	653004,6	8863	-6%
1884	556618,4	21834	1%

FONTE: Elaborado pelo autor com base em NOGUERÓL (2002), MONASTÉRIO (2005) e TWIGGER (1999)

**TABELA 02 – Fluxos de rendimento de um escravo em cada idade**

<b>ANO</b>	<b>IDADE</b>	<b>RENDIMENTOS</b>	<b>FLUXOS</b>
1839	15	102795,2574	-948333,3889
1840	16	108168,8916	239058,7381
1841	17	99319,69434	251555,5619
1842	18	110354,1085	230976,0333
1843	19	102081,8629	256637,4617
1844	20	103055,0506	237399,6812
1845	21	88460,12219	257637,6265
1846	22	15329,24134	221150,3055
1847	23	13778,81231	38323,10334
1848	24	33779,89773	34447,03078
1849	25	39098,74025	84449,74433
1850	26	27387,62199	105672,2709
1851	27	33085,36448	74020,59997
1852	28	29648,24365	89419,90401
1853	29	33479,61752	80130,38823
1854	30	21579,29887	90485,45275
1855	31	26482,2234	63468,5261
1856	32	19991,06829	77888,89236
1857	33	12465,95482	58797,25966
1858	34	14626,27033	36664,573
1859	35	60427,06667	43018,44216
1860	36	14574,39153	201423,5556
1861	37	19055,81811	48581,3051
1862	38	53168,51424	63519,39371
1863	39	62794,67385	177228,3808
1864	40	25025,89921	209315,5795
1865	41	33531,99847	96253,4585
1866	42	28397,20704	128969,2249
1867	43	22594,87407	109220,0271
1868	44	22703,527	86903,36181
1869	45	3961,504141	87321,25768
1870	46	7278,682149	18006,837
1871	47	2499,994659	33084,91886
1872	48	13740,58871	11363,61208
1873	49	14767,93444	62457,22139
1874	50	3921,237383	67126,97475
1875	51	4432,202926	21784,65213
1876	52	3102,849372	24623,34959
1877	53	-33,16493521	17238,05206

1878	54	-1432,57023	-184,2496401
1879	55	-615,7015064	-7958,723499
1880	56	-464,227548	-4397,867903
1881	57	-505,4456618	-3315,911057
1882	58	250,3796264	-3610,326156
1883	59	347,5363377	1788,425903
1884	60	616,8534294	2482,402412
		537875,6219	5607,758449
		TIR 15-30 anos	21%
		TIR 15-60 anos	20%

FONTE: Elaborado pelo autor com base em NOGUERÓL (2002), MONASTÉRIO (2005) e TWIGGER (1999)